

Numa concorrida audiência, cerca de 400 pessoas compareceram à Câmara Municipal de Bragança Paulista onde foram apresentados 180 formulários com propostas como despoluição dos rios, Fatec, pavimentação de estradas e outras



▶ sobre como deve ser gasto o dinheiro dos impostos em 2006.

Os integrantes da comissão que coordenou as discussões percorreram aproximadamente 16 mil quilômetros e recolheram perto de 3.800 sugestões (todas apresentadas no portal da Assembléia Legislativa –www.al.sp.gov.br). Dessas proposições, 249 foram incorporadas ao relatório do Orçamento do Estado com o apoio de, ao menos, 60 dos 94 integrantes do Parlamento paulista.

“A promoção das audiências públicas implicou aperfeiçoamento de nossa capacidade política de discussão democrática dos mais variados temas que envolvem o dia-a-dia do cidadão paulista”, avaliou o relator do Orçamento 2006, deputado Edmir Chedid (PFL).

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, deputado José Caldini Crespo (PFL), destacou que a iniciativa de promover os encontros serviu, principalmente, para elaborar uma

peça orçamentária que reduz as disparidades regionais que existem no Estado, que é o maior centro industrial da América Latina e que contribui com um terço do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

“Apesar dessa riqueza, São Paulo ainda guarda em seu território uma realidade que já deveria ter sido, senão extirpada, pelo menos alterada há muito tempo: enquanto Paulínia, com seu pólo petroquímico, encabeça o ranking dos 645 municípios paulistas em termos de PIB per capita (R\$ 85,5 mil), a exatos 260 quilômetros dali, no extremo sul do Estado, na divisa com o Paraná, fica a pequena Barra do Turvo, com o PIB de R\$ 2,1 mil por habitante”, ressaltou Crespo. De acordo com o deputado do PFL, “trata-se apenas de um triste exemplo das desigualdades regionais que são de inteiro conhecimento de quem, no governo do Estado, tem a obrigação e responsabilidade de repartir adequadamente o bolo tributário fer-

mentado pelos impostos de todos nós, dando boas fatias para quem chegou primeiro à festa, sem deixar, contudo, apenas migalhas para os últimos da fila de convidados, como Barra do Turvo e suas vizinhas geográficas e de pobreza, Barra do Chapéu, Iporanga e Itaoca, todas no esquecido Vale do Ribeira”.

Ao propor a realização das audiências públicas, a comissão e a Mesa Diretora queriam dar oportunidade para autoridades municipais e a sociedade civil se envolverem amplamente no processo de decidir como aplicar os impostos arrecadados pelo governo. Pelos depoimentos de prefeitos e vereadores que estiveram nas discussões, o Legislativo estadual cumpriu seu objetivo.

A Assembléia está promovendo uma nova forma de participação popular. Espero que este processo tenha continuidade para estimular uma maior presença da população nas audiências”, avaliou o prefeito de Dracena, Elzio Stelato Júnior, do PSDB.

“É a primeira vez que uma comitiva oficial visita a cidade e dá oportunidade para a população se posicionar sobre as reivindicações para a região. Como é um procedimento oficial, sabemos que teremos respaldo”, afirmou o vereador José Antônio Pedretti (PMDB), presidente da Câmara Municipal de Dracena.

Segundo o prefeito de Limeira, Silvio Félix (PDT), “os municípios muitas vezes não sabem a quem recorrer, quando do surgimento de suas reivindicações”. Além disso, resalta que as cidades “têm assumido muitas das incumbências que eram de outras esferas do governo, como os investimentos em merenda escolar, educação e segurança”. Sua expectativa é que “os deputados atentem para esse fato, corrigindo injustiças no repasse dos recursos”. Ele acha que os resultados práticos dessas audiências “reforçarão, de forma crescente, a importância da visita dos deputados”.

O prefeito de Rio Claro, Nevoeiro Jr. (PFL), também elogia a iniciativa do Parlamento paulista e pretende que as reivindicações de sua cidade se

realizem. “Os deputados merecem todos os elogios pela iniciativa que foi muito bem recebida pela população, que compareceu em grande número e apresentou várias demandas. Espero que elas sejam atendidas.”

Os presidentes das Câmaras Municipais de Registro e Botucatu, vereadores Raul Calazans (PT) e Luiz Carlos Rúbio (PT), respectivamente, consideram que a Assembléia Legislativa e a Comissão de Finanças e Orçamento deram um “banho de cidadania”. As audiências, segundo eles, “foram instrumentos que desencadearam um processo de abertura e de busca de participação das Câmaras Municipais, das prefeituras e da sociedade civil na elaboração de um Orçamento que venha ao encontro das necessidades da comunidade”.

As 249 sugestões incorporadas pelo relator em seu texto sobre o Orçamento foram divulgadas pela TV Assembléia, em inserções diárias ao longo de sua programação. A equipe da TV produziu 49 peças informativas, uma para cada audiência pública realizada. O objetivo era de que a

divulgação desses dados estimulasse os telespectadores a acompanharem a atuação do seu deputado em defesa dos interesses de sua região.

“A complementação deste árduo trabalho [das audiências públicas] está nas mãos da população, que deve cobrar o voto de seus representantes a favor das emendas de cada região”, afirmou o deputado Chedid, ao analisar as chances de sucesso de todo esse processo participativo.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), pondera que, em razão do caráter inédito dessa discussão sobre o Orçamento do Estado, equívocos são possíveis, “até porque as verbas são restritas”. “Entretanto, fica a certeza de que, de hoje em diante, a Assembléia vai discutir os orçamentos públicos de forma mais ampla, para que os recursos orçamentários sejam aplicados onde são mais necessários.”

O prefeito de São Carlos, Newton Lima Neto (PT), espera em 2006, continuidade do “profícuo trabalho realizado em 2005, tornando a Assembléia ▶▶



Um novo hospital, instalação de uma Fatec, ações de combate à criminalidade foram algumas das reivindicações apresentadas em Taboão da Serra, além da regularização de terras que polemizou a discussão numa audiência que contou com grande participação popular



Mário Reali, Enio Tatto, Rubens Fernandes, Caldini Crespo, Alexandre Ripamonti, Ana Martins e Luis Carlos Gondim integram a mesa da audiência em Mogi das Cruzes, a 49ª e última do orçamento estadual para 2006

► cada vez mais próxima dos cidadãos paulistas”.

“Vamos prosseguir com os debates sobre o Orçamento em todo o Estado. E também pretendemos regionalizar o orçamento do Estado, procurando diminuir as diferenças sociais por meio de uma aplicação de recursos avalizada pela comunidade paulista”, afirmou o relator Chedid.

O deputado ainda ressaltou que “o país vive o momento propício para que a classe política se comprometa de vez com a condução de um processo transparente que permita à sociedade civil organizada e aos órgãos competentes exercer um controle efetivo sobre a gestão dos recursos públicos”. ■

Saúde e estradas, as principais carências

O deputado Enio Tatto (PT), vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, considera que a experiência das 49 audiências públicas permitiu à Assembleia Legislativa promover um diagnóstico da situação socio-econômica do Estado de São Paulo. “As audiências foram ricas em participação e na apresentação de idéias que vão permitir uma melhor aplicação do Orçamento de R\$ 80,7 bilhões.”

De fato, os encontros para discutir os investimentos estaduais produziram um retrato bastante fiel das demandas regionais. Das reivindicações apresentadas, dois temas estiveram presentes em quase 100% dos debates: a insuficiência de recursos para a saúde e a necessidade urgente de melhorias nas estradas vicinais. Entre as solicitações de melhoria e implantação de infra-estrutura, as estradas vicinais aparecem com destaque. Principal ligação, em grande parte dos municípios, entre produtor, entrepostos e consumidores, elas necessitam de pa-

vimentação, recapeamento, sinalização, retificação e, em muitos casos, duplicação. Estima-se que São Paulo tenha 200 mil quilômetros de rodovias desse tipo.

Mas não apenas as vicinais foram referidas como essenciais para a economia da cidade. Em muitos casos, a construção de pontes e a interligação com as principais estradas estaduais e federais representariam um impulso significativo à atividade turística do município ou mesmo na sua inclusão em rotas comerciais.

Principal tema nas audiências, a questão da saúde engloba uma variedade de ações. Entre elas, a necessidade de ampliar o repasse de recursos para os hospitais filantrópicos e santas casas aparece como fundamental, pois invariavelmente os recursos do SUS são considerados insuficientes para equilibrar as contas destas instituições, muitas vezes as únicas em determinadas regiões. A construção de mini-hospitais e ampliação das unidades básicas de saúde, na tentativa de muni-

cipalização dos atendimentos, são referidas por lideranças comunitárias e profissionais da área como imprescindíveis para desafogar os hospitais regionais e evitar deslocamentos desnecessários da população.

A implantação de UTIs neonatais, de hospitais de especialidades – como oncologia –, a reforma de complexos hospitalares do lamspe, a modernização de equipamentos e o aparelhamento de algumas unidades, entrega de ambulâncias, implantação de serviços de atendimento à mulher e ao doente mental também tiveram destaque nas audiências. Ainda foram citadas como essenciais a melhoria salarial dos profissionais de saúde, maior distribuição de medicamentos, construção de hospitais e descentralização dos atendimentos pelo lamspe. A queixa é que os poucos recursos estaduais e federais têm sobrecarregado os municípios, que se vêem obrigados a suplementar as verbas.